

# Partidos analisam pautas

Os presidentes do PMDB e da Frente Liberal, deputado Ulysses Guimarães e senador Jorge Bornhausen, reuniram-se, ontem à tarde, durante mais de quinze minutos, no gabinete da presidência da Câmara para debater temas de interesse comum das duas legendas. Aproveitaram para telefonar ao Palácio do Planalto e fazer ao presidente José Sarney uma avaliação das perspectivas de votação das diversas matérias em pauta no Congresso Nacional, especialmente o pacote fiscal que deverá chegar ao Parlamento ainda hoje.

Bornhausen afirmou que não acredita na convocação extraordinária do Congresso, durante o recesso, para apreciar os temas ainda pendentes. Garantiu que caso algumas matérias como o Plano Nacional de Informática-Planin, não sejam aprovadas pelos parlamentares, haverá necessidade do presidente Sarney utilizar-se de decretos-lei.

Quanto ao pacote fiscal, o dirigente do PFL não quis entrar no mérito, para informar se a matéria, caso não seja apreciada pelo Congresso, será efetivada pelo governo através de um decreto presidencial, ou, se aguardará até o reinício dos trabalhos legislativos em março.

Com ar matreiro, o dirigente da Frente incluiu no rol dos

temas que não serão aprovados este ano, o prazo de filiação partidária para quem quiser concorrer às eleições de 86. A insinuação de Bornhausen foi feita porque seu partido não aceita a redução do atual prazo -- doze meses -- para seis meses, como desejam o PMDB e o PDS.

Bornhausen foi procurar Ulysses, quando o também presidente da Câmara finalizava a sessão de votação. Do plenário, seguiram juntos conversando, e, antes de entrar no seu gabinete, o presidente do PMDB apelou ao colega da Aliança Democrática:

— Preciso muito que você me ajude no dia dois referindo-se ao novo encontro entre os ministros de Estado da Aliança Democrática para tratar da saída do ministério dos que vão concorrer às eleições, e também traçar a estratégia do governo para combater a campanha das diretas e avaliar quais os Estados e Municípios onde poderá haver acordo entre peemedebistas e frentistas).

— Claro, claro -- respondeu rapidamente Bornhausen.

Os líderes da Aliança Democrática estão convictos de que o pacote econômico, a ser anunciado hoje pelo presidente José Sarney, será aprovado pelo Congresso, em face de promover alterações beneficiando a classe

trabalhadora, que deixará de ser penalizada com a cobrança do Imposto de Renda na fonte.

Esse, pelo menos, era o sentimento do líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, que após a reunião das bancadas de seu partido e do PFL com os ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, garantia que a Câmara e o Senado viabilizarão a proposta do governo.

O otimismo de Pimenta da Veiga, que encara o pacote econômico como um avanço democrático, opinião endossada pelo vice-líder Ailton Soares (SP), e pela deputada Cristina Tavares (PE), não era, contudo, um ponto de convergência. Na opinião do líder do governo no Senado, Humberto Lucena, o pacote está aberto a modificações, afirmação dirigida, indiretamente, ao ministro Sayad, que a poucos metros do senador alardeava ser este inegociável.

— Não existe nada fechado em política -- ensinava Lucena, logo após as explicações dos ministros à bancada da Aliança no Senado.

Endossando a posição do líder do governo, o presidente do Partido da Frente Liberal, senador Jorge Bornhausen, anunciava que o Congresso possivelmente necessitaria apri-morar o pacote.